

MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figueirôa e SILVA, Marcos de Araújo. "Formas de Subjetivação, Educação Formal e estratégias de mobilização social: Reflexões etnográficas sobre dinâmicas que circunscrevem a presença brasileira na UE". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 38, pp. 205-224, Agosto de 2014. ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

Formas de Subjetivação, Educação Formal e estratégias de mobilização social

Reflexões etnográficas sobre dinâmicas que circunscrevem a presença brasileira na UE

Marcos de Araújo Silva¹
Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros²

Recebido: 20.06.2014

Aprovado: 20.07.2014

205

Resumo: Com base em pesquisas etnográficas, este artigo discute algumas dinâmicas que circunscrevem a presença brasileira na União Europeia após a crise financeira iniciada em 2008, particularmente mudanças relativas ao acesso e permanência em um importante mecanismo do chamado "Estado de Bem-estar social": a educação formal. Os dados coletados indicam que o fortalecimento das políticas neoliberais vem fomentando, no interior da heterogênea coletividade brasileira em Roma e Barcelona, diversificadas *formas de subjetivação*, algumas que associam cidadania à capacidade de consumo de cada indivíduo e, outras, que incentivam uma ampliação da noção de política e a estruturação de novos espaços de mobilização social. Por fim, o artigo aponta que estas últimas modalidades de subjetivações podem permitir às populações imigrantes e nacionais saírem destes complexos cenários de hegemonia neoliberal e de falência dos mecanismos de proteção social. **Palavras-chave:** educação formal, formas de subjetivação, imigração brasileira, mobilização social

¹Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Pesquisador Visitante da Faculdade de Direito da Universitat de Barcelona. E-mail: marcosimonstock@gmail.com

²Pós-Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professor Colaborador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: bartotito333@gmail.com

O Colonizado Sul da Europa como “Sul do Mundo”: a crise socioeconômica e seus reflexos nos processos de integração social

Falando sobre as alternativas para que o Sul da Europa deixe de ser “colonizado” em termos políticos e econômicos e possa abandonar as políticas de “austericídio” impostas pela Alemanha e outras nações setentrionais aos países mediterrâneos desde 2008, José Antonio Pérez Tapias (2014) propõe que a solução para estes complexos cenários geopolíticos estaria na recuperação de uma socialdemocracia que consiga admitir seus erros, articular novas alianças e pactos e aglutinar forças visando gerar alternativas de resistência ao neocolonialismo que se impõe e, com base nestas ações, poder retomar o projeto de uma Europa mais igualitária e que não continue mais submissa aos imperativos neoliberais. Com base em pesquisas que investigaram estratégias de sobrevivência e integração social que foram desenvolvidas por imigrantes brasileiros nas cidades de Roma e Barcelona para enfrentar as diferentes manifestações das políticas de *welfare state* que ocorrem nestas duas cidades (Silva, 2013), foi possível perceber que as estratégias de sobrevivência e articulações transnacionais que são construídas por tais imigrantes, suas famílias e suas redes de cooperação para enfrentar a crise econômica, fornecem subsídios que permitem repensar as relações entre o Norte e o Sul global³.

3 Sabemos que as categorizações “Norte/Sul” global expressam não uma configuração geográfica, mas política e social. Isso porque o “Norte global” inclui áreas e grupos sujeitos à exclusão social, enquanto o “Sul” possui elites que gozam de considerável prosperidade. Existem também regiões e grupos em posições intermediárias ou transicionais. Sobre estas questões, Li Zhang e Aihwa Ong (2008) comentam que no caso da China, é possível afirmar que cidades como Pequim e Xangai pertencem ao “Norte global”, enquanto que inúmeras cidades da zona rural e das áreas mais pobres do país continuam sendo integrantes do “Sul global”. Já no caso de países como Itália e Espanha, economistas como Paul Krugman consideram que o crescente agravamento da crise econômica nestes países desde 2008 fizeram com que ambos passassem a integrar, em termos sociais e políticos,

Alguns resultados desta citada pesquisa indicam que tais estratégias e processos de articulações e mobilizações sociais evidenciam mudanças significativas em relação à pluralização das esferas políticas no território da União Europeia (UE) enquanto uma entidade governativa supranacional, principalmente porque tais ações remetem à luta pelos direitos humanos e coletivos, em especial à proteção social (saúde pública, educação formal, etc.) e ao direito à autogestão democrática em tempos de crise. No caso italiano, desde 2008 a sua insolvência financeira vem sendo apontada e corroborada (De Marchi & Sarti, 2010). Já no caso espanhol, tal insolvência foi potencializada, dentre outros fatores, pela derrocada da indústria da construção civil naquele país; fato que demonstrou como o crescimento econômico iniciado no final do Século XX e atrelado, sobretudo, aos investimentos imobiliários era extremamente frágil (D’Angelo, 2010). Por conta destes fatores, desde 2012 a Espanha vem apresentando as mais altas taxas de desemprego da Zona do Euro. 206

Embora bastante heterogênea em termos econômicos, socioculturais e de situação jurídica, a maioria dos/as brasileiros/as entrevistados/as concordam num ponto: a crise econômica (simbolicamente) iniciada em 15 de setembro de 2008 com a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers deixou os processos de integração social dos imigrantes como eles, que já eram difíceis, ainda mais complicados. Ou seja, acentuaram-se as variações nos graus de acesso dos imigrantes em relação a alguns âmbitos da vida humana como trabalho, moradia, saúde e educação formal. Neste sentido, enquanto práticas e iniciativas que no caso dos imigrantes visam, majoritariamente, assegurar seus processos de “integração social” nas sociedades anfitriãs, tais processos remetem à crise do *welfare state* na UE: mais especificamente

o “Sul” do mundo. Fonte: <http://www.Economics21.org/blog/paul-krugman-and-euro>. <http://informazioneconsapevole.blogspot.com.br/2011/11/paul-krugman-litalia-con-leuro-si-e.html>. Acessos em 25/03/2013.

na Espanha e na Itália. Os dados coletados em ambos os países indicaram que é recorrente na mídia e no cotidiano da população romana e barcelonesa a ideia de que o chamado *welfare state* (Estado de bem estar social) está em profunda crise e em virtude disso, diversas coletividades imigrantes precisam muitas vezes desenvolver estratégias autônomas para contornar tal crise, o que faz com que o associacionismo em geral e determinadas vinculações a redes cooperativas adquiram considerável relevância e valoração social.

O termo inglês *welfare state* é utilizado pelo segmento da literatura sociológica europeia ao qual este texto se vincula teoricamente. Tal termo pode ser concebido como uma modalidade governativa que se propõe a fornecer serviços e garantir direitos considerados essenciais para uma população nacional tais como: assistência à saúde e à moradia, educação formal pública, subsídios aos desempregados e às famílias, assistência aos idosos, etc. Segundo Gosta Esping-Andersen (1990), existem diversos sistemas de *welfare state* estruturados em três tipologias reconhecíveis com base em suas diversas características e fundadas em diferentes concepções de direito social que cada Estado deve conceder aos seus cidadãos. Nesse sentido, este autor sugere que podemos falar de sistemas de *welfare state* baseados em regimes liberais, conservadores e socialdemocráticos⁴.

⁴Esping-Andersen (1990: 54-79) comenta que alguns Estados como a Itália e a Espanha apresentam duas tipologias de *welfare state*: um modelo “corporativista” que pode ser caracterizado como conservador e no qual os direitos se originam das profissões exercitadas, ou seja, com base em um determinado ofício desenvolvido se estipulam garantias sociais obrigatórias para os cidadãos e assim os direitos sociais são relacionados a tais condições. Este modelo, segundo Esping-Andersen, é o modelo típico dos Estados da Europa meridional, entre os quais se encontram a Itália (para alguns serviços). Já o modelo socialdemocrático, “universalístico” defende que os direitos derivam da cidadania e que eles devem ser oferecidos a todos os cidadãos do Estado sem diferenças e com o intuito de promover a ideia de igualdade de status. Este modelo socialdemocrático, para Esping-Andersen, é típico dos Estados da Europa anglo-saxônica e escandinava e também da

Um elemento relevante tanto do caso italiano quanto do caso espanhol é que tensões e interesses econômicos e políticos de cada momento histórico normalmente provocam nas esferas governamentais nos seus níveis nacional, regional e/ou local uma aproximação maior ao modelo conservador ou aos modelos liberais e socialdemocráticos de *welfare state*. Segundo alguns interlocutores (imigrantes brasileiros, romenos, equatorianos, argentinos e peruanos que vivem nas cidades de Roma e de Barcelona), a crise econômica iniciada em 2008, o fortalecimento de partidos conservadores (em particular a *Lega Nord*⁵ na Itália e o PP e CiU⁶ na Espanha) e as consequentes mudanças nas percepções dos italianos e espanhóis sobre os imigrantes e nas legislações em matéria de imigração destes países fizeram com que suas vidas se tornassem mais difíceis a partir daquele ano, principalmente no que se refere aos preconceitos e às dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, à moradia, à educação formal para os seus filhos e aos serviços públicos de saúde. 207

Neste texto, a análise está focada sobre dilemas enfrentados pela coletividade imigrante brasileira nestas duas cidades e que se referem à esfera da educação

Itália e da Espanha para alguns serviços, em especial a saúde, no caso italiano.

⁵A *Lega Nord per l'Indipendenza della Padania* (Liga Norte pela independência da Padania), mais conhecida apenas como Lega Nord, é um partido político nascido da união de diversos movimentos autonomistas regionais – principalmente a *Lega Lombarda* e a *Lega Veneta*. A princípio defensor do chamado “federalismo”, desde 1996 a *Lega Nord* vem propondo a secessão das regiões setentrionais (indicadas coletivamente como Padania, em alusão ao fato da maior parte destas regiões se encontrarem geograficamente em áreas acima do Rio Po) e a criação de um Estado federal – a Padania – através do federalismo fiscal e da devolução às regiões de algumas funções exercidas pelo Estado italiano.

⁶Convergència i Unió (CiU) é a federação de dois partidos políticos nacionalistas catalães e está integrada pela “Convergència Democràtica de Catalunya”, de ideologia liberal e de centro e o “Unió Democràtica de Catalunya”, de ideologia que se define como “democrata-cristã”. O Partido Popular (PP) é um partido político conservador espanhol fundado em 1989 e que nos seus estatutos se define como de “centro reformista”.

formal⁷. Partindo do princípio de que esfera do *welfare state* constitui, na atualidade, um problema que envolve parte significativa das próprias sociedades italiana e espanhola (principalmente nas grandes metrópoles e nas regiões mais pobres destes países), é importante considerar que os diálogos entre a esfera governamental e os grupos de imigrantes brasileiros investigados nos contextos específicos de Roma e Barcelona ocorrem de maneiras bastante específicas e isso influencia nas formas como as necessidades e especificidades relativas à educação formal desta coletividade imigrante (e de outras coletividades imigrantes latino-americanas) são interpretadas pelos segmentos das esferas políticas locais destas cidades.

Em termos sociológicos, um aspecto interessante em relação à noção de “integração” é que para Luca Di Sciullo (2010), os fatores objetivos disponíveis nos dados estatísticos não são suficientes para avaliar o nível de integração efetiva dos imigrantes em um dado contexto: isto porque em um hipotético território no qual todos os fatores estruturais fossem encontrados em níveis satisfatórios, é possível verificar que os imigrantes não se sintam (e de fato não sejam) integrados. Assim, Di Sciullo (2010) acredita que as condições prévias fundamentais para que os processos de integração possam ser acionados e atingirem bons resultados é que os atores sociais em jogo se reconheçam reciprocamente como interlocutores, um do outro, em um plano de igualdade e este reconhecimento recíproco deve necessariamente encontrar uma concreta tradução em uma

série de âmbitos objetivos da vida social; âmbitos os quais as mesmas políticas de integração são chamadas a intervir para tornar efetiva a paridade entre “autóctones” e “imigrantes”. Este autor reconhece que, na realidade, é muito difícil que os imigrantes possam entrar, como sujeitos plenos e interlocutores de nível igual ao dos italianos em relacionamentos recíprocos, quando de fato não se concedem as condições mínimas necessárias para uma substancial paridade com os nacionais italianos em dimensões fundamentais da vida social, o que faz com que na prática, a população imigrada experimente, majoritariamente, um estado de inferioridade e se veja obrigada a lançar mãos de estratégias próprias para lutar pelos seus direitos e dos seus descendentes.

As pesquisas etnográficas que fornecem subsídios para este artigo foram realizadas em Roma de novembro de 2010 até abril de 2011 e em Barcelona, de novembro de 2011 até abril de 2012. A metodologia adotada foi a realização de entrevistas abertas e semiestruturadas (algumas através da internet) e observações participantes em ambientes nos quais se encontravam imigrantes latino-americanos em geral e brasileiros em particular. Em Roma, foram entrevistadas presencialmente 32 pessoas e em Barcelona, 36 pessoas. Todas estas pessoas integravam quatro importantes segmentos que compõem a heterogênea presença brasileira nas cidades investigadas. Tais segmentos são: o associacionismo imigrante, o “trabalho de cuidado” (babás e cuidadoras de idosos), o mercado do sexo e o trabalho missionário.

Tanto em Roma, quanto em Barcelona, os imigrantes brasileiros se inserem na genérica e heterogênea categoria de “imigrantes latino-americanos”. De acordo com Ramon Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres e Jose David Saldivar (2006), a noção de “latinos” ou “latino-americanos” engloba grupos sociais que são multi-étnicos (afro-latinos, indo-latinos e euro-latinos), multirreligiosos (judeus, católicos, protestantes, muçulmanos e praticantes de religiões de matrizes ameríndias e africanas) e com uma variedade de status jurí-

⁷Segundo dados de 2010, a coletividade imigrante brasileira é a 23ª mais numerosa no território italiano, com 44.067 residentes e 68,9% de mulheres. Na cidade de Roma e sua região metropolitana, foram identificados 4.203 residentes, sendo 72,0% de mulheres. Fonte: <http://www.istat.it/it/immigrati>. Acesso em 04/04/2012. Na Espanha, também segundo dados de 2010, a coletividade imigrante brasileira é a 14ª mais numerosa, com 126.185 residentes, 60,4% de mulheres. Na cidade de Barcelona, foram identificados 8.070 residentes, 55,1% de mulheres. Fonte: <http://www.idescat.cat/poblacioestrangera/>. Acesso em 12/11/2011.

dico (imigrantes legais e indocumentados, cidadãos naturalizados e descendentes). Falando a partir da presença latina nos EUA, mas considerando que seus argumentos podem ser estendidos para territórios que também apresentam processos de “latinização” como países do Sul da Europa como Itália e Espanha, estes três autores acreditam que tais processos e seus respectivos conflitos sociais e políticos evidenciam como estratégias imigrantes de sobrevivência e integração social podem ampliar os espaços de participação democrática e abrir novos espaços de articulação e mobilização social. Veremos adiante como algumas destas estratégias “imigrantes” podem ser articuladas por integrantes da coletividade imigrante brasileira na capital italiana e na capital catalã.

“A cidadania agora aqui é comprada, só tem quem puder pagar”

Para Gary Freeman (2007), avaliar a inserção dos imigrantes em geral no mercado de trabalho de um país, região ou cidade é uma tarefa importante, pois ela pode fornecer um panorama das relações que se estabelecem entre *estruturas de economia política* e incorporação. Assim, este autor defende que é preciso considerar as diferentes trajetórias de vida e oportunidades que são fornecidas para cada grupo social e tentar responder seis questões: 1) como efetivamente Estados e suas empresas se adaptam às trajetórias variáveis do mercado de trabalho, especialmente no tocante às mudanças das exigências de habilidades e como os imigrantes figuram em tais processos, 2) se os imigrantes estão estabelecidos primariamente nos setores formais ou informais, 3) se eles estão protegidos pelas mesmas regras que protegem os trabalhadores nacionais, 4) em qual extensão os imigrantes são autônomos e se este quadro representa iniciativas de empreendedorismo ou falhas no mercado de trabalho, 5) como efetivamente os Estados combatem o trabalho irregular ou não-autorizado (aquele que é realizado por imigrantes indocumentados ou por imigrantes regulares, porém de maneira irregular) e 6) de que maneiras os Estados tentam efeti-

vamente prevenir discriminações étnicas e raciais nos locais de trabalho onde atuam imigrantes.

A educação formal desempenha um papel crucial nestas questões acima expostas por Freeman e por isso, influencia substancialmente nas vidas de coletividades imigrantes que vivem tanto no território italiano, quanto no espanhol/catalão. No caso particular dos brasileiros e considerando que os jovens (muitos hoje já adultos) que descendem da acentuação da presença de imigrantes brasileiros na Itália a partir da década de 1980 e na Espanha a partir de 1990 são “frutos” de casais mistos, tais questões são revestidas de matizes bem específicas. Carlo Palanti – presidente e fundador da ACBI, por exemplo – é bem consciente disso⁸. No dia 04/04/2011, foi possível observarmos uma intervenção de Carlo numa escola pública localizada no bairro romano de Trullo; esta intervenção fazia parte do seu trabalho como “mediador cultural e de prevenção de conflitos”⁹.

Esta intervenção pedagógica feita 209 por Carlo naquele ambiente escolar evidenciou como as escolas constituem, de fato, lugares por excelência para desenvolver e estimular ações que visam a integração social dos imigrantes e suas famílias. Franco Bentivogli (2010) parece estar correto quando, falando sobre a importância deste tipo de trabalho, comenta que apenas os projetos para a integração que envolvem os italianos, os “novos cidadãos” (imi-

⁸Carlo Palanti nasceu na cidade de São Paulo em 1966, filho de um italiano com uma brasileira. Falando sobre suas experiências desde que ingressou em Roma em 1984, Carlo Palanti, que é o presidente fundador da ACBI – *Associazione della Comunità Brasiliana in Itália* (Associação da comunidade brasileira na Itália), comentou que “*Você só conhece de verdade o Brasil quando você sai do Brasil*”. Carlo é casado com uma italiana e tem dois filhos que nasceram na Itália.

⁹Com jogos e atividades lúdicas, tal intervenção fomentava reflexões sobre interculturalidade, direitos humanos e diferenças socioculturais: obviamente, tudo feito numa linguagem acessível para os 30 alunos, que tinham a faixa etária média de 09-11 anos e dos quais cinco eram filhos de imigrantes; quatro meninas descendentes de filipinos/as e um menino filho de imigrantes romenos.

grantes) e as suas famílias estão aptos a traçar as perspectivas para os diálogos e intervenções na sociedade que sejam eficazes na prevenção dos conflitos. Projetos que contemplem tais prerrogativas, segundo Bentivogli, tanto estimulam as experiências associativas dos imigrantes entre e destes com a sociedade anfitriã, quanto ampliam concretamente os espaços de participação democrática na gestão dos problemas sociais, no uso dos espaços e dos serviços sociais. Este autor afirma que os verdadeiros riscos para a segurança que a Itália tem pela frente não são decorrentes do número dos imigrantes, mas sim da falta de dignidade e de legalidade de boa parte destes; isso porque a ausência de direitos fundamentais (em particular aqueles que se referem ao acesso aos mecanismos do *welfare state*) gera e aumenta a insegurança e o sofrimento para muitos imigrantes com consequências sociais para a sociedade nacional como um todo.

Falando sobre a presença de menores de idade estrangeiros na Itália (incluindo aqueles que não nasceram no território italiano e aqueles que embora tenham nascido neste território, não possuem a cidadania italiana), Roberta Ricucci (2010) indica que com diferentes intensidades, tais jovens de origem estrangeira são, assim como os seus coetâneos italianos, identificados por alguns elementos (características familiares e étnicas, políticas educativas e da cidadania, práticas de discriminação institucional) na definição dos seus percursos de vida. Para Ricucci, tais elementos podem modificar, e muitas vezes determinar, tanto como eles próprios se percebem, quanto as suas perspectivas de inserção social. Por isso, esta autora sugere que as instituições formativas e culturais representam um papel significativo seja no processo de acompanhamento da definição identitária dos jovens de origem estrangeira, seja no processo de favorecer percursos de conhecimento e de análise da heterogênea realidade dos jovens de uma forma geral que se apresenta ao futuro da sociedade italiana.

Refletindo a respeito das discriminações de fundo racial que envolvem os

imigrantes de uma forma geral na Itália, Pietro Vulpiani (2010) conta que dados oficiais de 2009 relatam um aumento nos casos de “atritos sociais de fundo étnico” que foram denunciados aos órgãos competentes do país ou divulgados pela mídia. De acordo com tais dados, a maioria dos italianos que se envolveram em casos de violência de fundo étnico ou xenófobo, se referiu à “incomunicabilidade” e ao “fechamento” de certos grupos estrangeiros (como os chineses e os muçulmanos), à “mentalidade criminoso” dos romenos e à “pobreza” e “incivilidade” dos refugiados africanos e dos grupos ciganos em geral como as principais causas da “repulsa” que sentem por tais pessoas¹⁰. Um ponto crucial trazido por Vulpiani é que esta violência atinge não só os imigrantes, mas também cidadãos italianos que são percebidos como estrangeiros por seus compatriotas devido aos seus costumes diferenciados e/ou das suas características fenotípicas/raciais diversas do “padrão italiano hegemônico” (padrão este que possui a 210 pele branca como uma de suas características). Para este autor, isso é a expressão de uma grave falta de investimentos na educação e na interculturalidade que se reflete numa falta de inserção sociocultural e econômica dos imigrantes no país e que por isso, também exprime um perigoso futuro de tensões interétnicas; futuro este que está sendo delineado pela crescente discriminação étnica e racial e pelas suas consequentes relações conflitantes.

Estas questões apontadas por Ricucci e Vulpiani também estão presentes no território catalão e por isso, suas consequências problemáticas ajudam a perceber

¹⁰No caso dos imigrantes e refugiados que são fiéis do Islamismo, Vulpiani (2010) salienta que a exposição pública de símbolos desta religião (em especial a utilização de elementos de vestimenta como a burca e o véu por parte das mulheres praticantes do Islamismo que vive na Itália), costuma constituir motivos de conflitos e rejeições sociais por segmentos significativos da sociedade italiana; segmentos estes que muitas vezes consideram o uso de tais símbolos (em particular a burca) como uma espécie de “afronta”, tanto à identidade italiana, quanto ao que entendem por “civilização europeia”.

como, dinamicamente, os filhos de imigrantes brasileiros/as que vivem em Roma e Barcelona estão inseridos em lógicas de inclusão e exclusão que se baseiam em critérios sociais, étnicos, nacionais, econômicos e também linguísticos, no caso da Catalunha. Por conta disso, Norma¹¹ comentou que os filhos de brasileiras como ela que vivem em Santa Coloma dificilmente encontram espaço para uma integração total, mas apenas para “pedaços” dela: pedaços estes que, em sua opinião, variam de acordo com as diferentes discriminações e conflitos sociais que fazem parte da vida dos grupos aos quais estes jovens pertencem. Esta modalidade de integração em “pedaços” a que Norma se referiu aponta para as diversas variáveis de cunho social, étnico-nacional, econômico e/ou linguístico que podem circunscrever as trajetórias de vida de pessoas como seus dois filhos e restringir ou ampliar as capacidades de *agência* (Sewell Jr., 2009) deles, ou seja, as suas ações no sentido de transpor e estender os esquemas culturais prévios aos novos contextos nos quais estão inseridos.

Norma trouxe seu casal de filhos nascidos no Brasil para viver na Catalunha quando eles eram pré-adolescentes e ela acredita que a presença das suas irmãs brasileiras e dos seus cunhados catalães foram fatores que permitiram que estes seus dois filhos, diferente do que ocorre com outros jovens que vão (re)encontrar familiares na Europa, tivessem a sorte de achar em Santa Coloma um “esteio” familiar maior do que o que eles tinham no Brasil¹² e, com isso,

¹¹Cabeleireira brasileira mais famosa de Santa Coloma, município vizinho de Barcelona e considerado um “reduto de imigrantes”, Norma nasceu em 1972 na cidade de Ji-Paraná (Rondônia) e mora em Santa Coloma desde 2005. Pouco tempo depois de chegar à Europa, Norma conheceu e se casou com um catalão. Em 2006, abriu o salão de beleza “Peluquería Ipanema”, um dos principais pontos de encontro dos brasileiros na cidade.

¹²Norma possui mais membros de sua família na Catalunha do que no Brasil, já que em Santa Coloma também vivem muitos dos seus sobrinhos e quatro irmãs dela: mulheres que vieram trabalhar, com um projeto migratório temporário, mas que acabaram conhecendo, se casando com catalães, tendo filhos com eles e se estabelecendo de vez na Europa. Assim, Norma e suas irmãs parecem

encontrassem oportunidades que jamais teriam tido se permanecessem “isolados” no interior de Rondônia. Nas conversas que tivemos com Norma, esta interlocutora falou de acontecimentos que permitem supor que esta particular configuração da sua família fez com que a mobilidade espacial (Brasil-Catalunha) que seus dois filhos vivenciaram acarretasse numa certa mobilidade social nas suas vidas; e isso é visto por ela como algo que alterou, positivamente, o “jeito de ser”, isto é, a subjetividade deles. O fato destes filhos de Norma nunca terem sido jovens “*sin papeles*” (indocumentados) na Europa também foi algo bastante realçado por ela como um dos elementos responsáveis pela “integração bacana” de ambos.

Trata-se de uma dimensão relevante porque mesmo entre os filhos dos casais mistos heterossexuais ítalo-brasileiros ou hispano-brasileiros que conseguem a cidadania italiana ou espanhola através do *jus sanguinis* ou o visto de residência permanente, alguns destes filhos enfrentam dificuldades de inserção e de integração na sociedade italiana ou na espanhola/catalã – ainda que em dimensões diferenciadas, que comumente são mais “amenas” e que apresentam menos problemas do que em outras coletividades imigrantes. Tais dificuldades, segundo interlocutoras brasileiras que tiveram filhos com homens italianos e catalães (algumas sendo casadas e outras que “namoraram” ou “conviveram” com tais europeus), dizem respeito principalmente a dois fatores: o primeiro tem a ver com aspectos raciais e fenotípicos, pois em suas opiniões, os italianos e os catalães de uma forma geral têm relutância em aceitar pessoas não-brancas, “de pele escura” ou de traços “brasucas”¹³ como sendo italianas ou catalãs “de verdade”. O segundo fator se relaciona com o fato de que é comum, de acordo com estas interlocutoras, alguns

simbolizar bem o que Jordi Roca Girona (2007, 2009) chama de “redes migratórias amorosas” e que formam “casais transnacionais”.

¹³De acordo com estas duas interlocutoras que se referiram a este termo, os “traços brasucas” são aqueles que exprimem a “mistureba de raças” brasileira.

homens italianos e catalães casados (com italianas e catalãs, respectivamente) “ficarem” com mulheres brasileiras, terem filhos com elas e depois relutarem para reconhecer juridicamente a paternidade das crianças.

Estas diferenciações que a situação jurídica provoca nas trajetórias dos interlocutores costumam se refletir na vida dos seus filhos e este aspecto ficou claro quando conhecemos tanto na capital romana, quanto na capital catalã, pessoas como Ângela Assis. Nascida no Recife em 1964, esta interlocutora é dona do “Cantinho Brasileiro”, um bar localizado no bairro gótico e um dos mais populares pontos de encontro de brasileiros em Barcelona. Falando sobre a crise do “bem-estar social” na Europa em geral e na Espanha em particular, Ângela comentou que antes, a Catalunha era um lugar bem diferente do Brasil, “onde tudo funcionava e era tudo de graça pro pessoal que tava regular” e que, depois da crise iniciada em 2008, os serviços sociais ficaram cada vez mais mercantilizados. Para ela, a principal consequência das “retalhadas” (cortes nos gastos públicos) foi que todos – espanhóis vindos de outras regiões, catalães e imigrantes – que vivem em Barcelona, tiveram que cada vez mais pagar para ter assistência médica e educação de qualidade para os filhos. “A cidadania agora aqui é comprada, só tem quem puder pagar”, resumiu Ângela.

Como Ângela, outros/as interlocutores/as que vivem na Itália e na Espanha – demonstraram associar o “sucesso” das suas estratégias de sobrevivência e integração social ao fato de terem ascendido socialmente, ou ao menos não terem empobrecido com a crise. Estas pessoas demonstraram perceber associações entre “poder consumir/comprar” (bens de valor) e “sentir-se cidadão”, ou seja, suas trajetórias de vida parecem que foram circunscritas por *formas de subjetivação* (Foucault, 1995) influenciadas pelo *Capitalismo de Consumo* (Trumbull, 2006)¹⁴. Considerando

que a produção de subjetividade (entendida por Foucault como os modos de ser, sentir, pensar e agir constitutivos do ser humano em um determinado momento histórico) remete ao plano micropolítico no qual as relações sociais “*não se configuram como relações estáticas entre polos constituídos, mas apresentam-se em permanente constituição e ordenação – plenas de vicissitudes – em constante transformação dos lugares e posições no interior das relações, numa pulverização dos lugares instituídos e instituintes*” (Benelli, 2003: 101), então contextos políticos como o italiano e o catalão parece que sugestionam associações como as estabelecidas por tais interlocutores/as, especialmente num alardeado cenário de crise econômica e de “falência do bem-estar social”; ou melhor, dos modelos de *welfare state* colocados em prática na Itália e na Catalunha.

Sales (1999) e Igor J. R. Machado (2011), respectivamente, conheceram interlocutores que, em suas narrativas, também estabeleceram tais interfaces entre os sentimentos de cidadania e o de consumo. Isto é, trata-se de um aspecto que já foi apontado por outras investigações sócio-antropológicas. Assim, as principais particularidades que circunscrevem a vida dos interlocutores que conheci em Roma e Barcelona e que também fizeram este tipo de associação, dizem respeito aos emblemáticos contextos políticos e socioeconômicos que vêm sendo construídos na Itália e na Espanha/Catalunha desde a crise iniciada em 2008 e que fomentam o dinâmico desenvolvimento de *formas de subjetivação* a partir de influências diversas, em especial da influência do Capitalismo de Consumo para alguns grupos de interlocutores. Para Trumbull, novos conjuntos de regras do mercado que emergiram a partir da década de 1970 olharam para o consumidor como alvo e principal benfeitor tanto da indústria privada, quanto das políticas públicas. Com isso, as políticas públicas (dentre estas, as relacionadas ao *welfare state*) se tornaram cada vez mais entrelaçadas pelos processos de regulação do mercado, que vão desde as políticas de concorrência à política comercial, em termos de seu provável impacto sobre os consumidores. O conjunto resultante deste novo cenário de instituições econômicas é o que Trumbull entende como “Capitalismo de Consumo”: ou seja, uma organização da economia política em que os interesses institucionalizados dos consumidores estabeleceram os termos não apenas para as estratégias de mercado das empresas, mas também para as formações políticas dos governos.

¹⁴Em seus estudos sobre a primeira geração de imigrantes brasileiros nos EUA e sobre “brasucas” em Portugal no início deste século XXI, Teresa

Concordamos com Sherry Ortner (2007) quando esta autora nos recorda que Michel Foucault (dentre outros autores) foi responsável por um dos mais significativos aperfeiçoamentos no marco básico da “teoria da prática”, em especial pela sua ênfase no preceito de que o poder seria socialmente onipresente, espalhado por todos os aspectos do sistema social e psicologicamente bastante invasivo¹⁵. Ou seja, quando Ortner nos lembra de que o interesse de Foucault em focar as análises sobre a “produção de poder” menos nas macro-instituições, como o(s) Estado(s) ou uma entidade governativa como a UE, e mais nas micro-instituições (particularmente as relações sociais e hierarquizadas do tipo professor-aluno, padre-penitente, etc.), essa atitude possui afinidades com “o interesse da teoria da prática em examinar fontes que estão na base de formações maiores”. No caso dos grupos de brasileiros/as que participaram desta investigação em Roma e Barcelona, essa perspectiva é interessante, pois fornece subsídios para compreendermos os dinâmicos processos culturais e de mudança social a partir dos quais são construídas variadas *formas de subjetivação* na vida dos diversos interlocutores com base em algumas de suas ações práticas.

Falando sobre suas vidas, Ângela e outras imigrantes brasileiras fizeram referência a fatores que nos permitem trabalhar com a hipótese de que o fortalecimento das

¹⁵Em síntese, entendemos a “teoria da prática” a partir das contribuições de Ortner (2007a: 38), que afirma que “*trata-se de uma teoria geral da produção de sujeitos sociais por meio da prática no mundo e da produção do próprio mundo por intermédio da prática*”. Isto é, uma visão que considera as implicações políticas e os interesses em compreender os “jogos de poder” na vida social a partir dos quais diversos autores construíram este amplo marco teórico. Para Foucault (1979, 1995), diferentes *formas de subjetivação* dizem respeito aos diferentes tipos de conhecimentos que as identidades individuais e coletivas (re)produzem a partir das suas interações com os mecanismos de poder que se exercem através das instituições que regulam a vida social. Ou seja, conhecimentos que se desenvolvem a partir dos elementos idiossincráticos dos indivíduos, das relações que estes estabelecem com os “outros” e com as esferas políticas e de poder mais amplas nas quais tais indivíduos estão inseridos.

políticas de caráter neoliberal constitui uma realidade social que aumentou significativamente os “problemas” e os conflitos que já faziam parte da vida de imigrantes à semelhança delas. O diferencial positivo, segundo Ângela, tem a ver com os reflexos do crescimento econômico brasileiro na vida dos “brasucas” que continuaram no Sul da Europa apesar da crise: “*Outro dia mesmo um espanhol chegou aqui e disse: tu tá rica agora, n’ê, o Brasil tá lá em cima*”. Os preconceitos oriundos dos estereótipos – especialmente sobre as mulheres brasileiras, comumente associadas à prostituição – permanecem no cotidiano barcelonês, segundo Ângela, mas agora estão em jogo novos elementos nas relações que se estabelecem entre os/as imigrantes brasileiros/as e os europeus em geral: dentre tais elementos, estão o interesse que muitos espanhóis demonstram de tentarem vir para o Brasil, de estabelecerem parcerias e contatos comerciais com brasileiros e também de aumentarem seus conhecimentos sobre este país.

213

Para Ângela, até poucos anos atrás, o Brasil só atraía a atenção dos espanhóis e catalães pela tríade “sexo, sol e praia”. De fato, apesar das particularidades que circunscrevem os diversos grupos que integram a coletividade imigrante brasileira em Roma e Barcelona, a maioria dos interlocutores com os quais tivemos contato concorda com esta visão de Ângela: os preconceitos em relação ao “ser brasileiro” continuam, porém acrescidos de novos elementos que relativizam e dinamizam as percepções mútuas e os consequentes relacionamentos sociais. Falando sobre estas mudanças, outra interlocutora brasileira falou algo pertinente: “*Eu gostaria de ser respeitada não pela economia, mas pela minha pessoa e pela minha cultura. É por isso que eu luto tanto em defesa de escolas públicas de qualidade para os filhos de imigrantes aqui*”.

Mobilidades declinantes, ciclos de vida diferenciados e a luta por “boas escolas”

Assim que chegou à Catalunha em 1992, Ângela trabalhou ilegalmente como babá e faxineira e em 1993, seu projeto

migratório mudou radicalmente, pois ela ganhou 25 mil dólares norte-americanos em uma loteria e trouxe sua filha adotiva para viver em Barcelona. Enfrentando a “barra” de ter sua vida “presa” pelo fato de continuar irregular e ter que criar uma filha pequena, Ângela decidiu se casar com um espanhol chamado Manolo, que faleceu dois anos após o casamento. Ângela já havia sido retida em uma penitenciária por estar “*sin papeles*” em Barcelona e ela admitiu que seu casamento era “de fachada” e foi uma “estratégia” para poder continuar vivendo legalmente na Espanha, já que ela fez um acordo com o seu ex-marido: Ângela o ajudou a pagar algumas dívidas e ele, em retribuição, se casou com ela. Esta “troca de favores” foi importantíssima, segundo Ângela, pois lhe permitiu não apenas se regularizar através do visto de residência permanente, mas também poder dar uma vida com mais “dignidade e respeito” para sua filha, uma criança que sofria constantes problemas na escola – insultos e discriminações – por ser uma menina imigrante, “mestiça”, brasileira, adotada e criada por uma mãe solteira. Em 1999, Ângela e sua filha se naturalizaram espanholas e passaram a integrar o conjunto que Ângela chamou de “brasucas privilegiados na Europa”, isto é, daqueles que têm a dupla nacionalidade.

As trajetórias de vida acima retratadas de mulheres brasileiras como Norma e Ângela apontam para o fato de como a situação jurídica de alguns pais pode ser refletida na vida social dos seus filhos em geral e nos itinerários escolares deles em particular; ou seja, nos caminhos que eles percorrerão no interior deste dinâmico e crucial mecanismo do *welfare state* que é o da educação formal. Para Alejandro Portes e Josh DeWind (2007), uma das mais importantes e menos refletidas das diversas questões que envolvem o crescente controle das fronteiras migratórias pelos Estados é a ligação entre a migração não-autorizada e o destino da segunda geração, já que a questão da ilegalidade é geralmente estudada como um fenômeno de “primeira-geração” e em termos das origens dos imigrantes e suas estratégias para superar as

barreiras legais e seus impactos sobre os mercados de trabalho dos países receptores. Portes e DeWind, entretanto, alertam para a fragilidade analítica que consiste em esquecer que os ilegais ou “indocumentados”, assim como outros imigrantes, podem gerar uma segunda geração que cresce em condições de desvantagens únicas, apesar de sua cidadania legal¹⁶.

Esta visão acima colocada fica clara, segundo tais autores, quando consideramos que imigrantes que são empreendedores ou profissionais altamente qualificados que possuem o capital humano e os recursos econômicos necessários para proteger seus filhos podem encarar os desafios que são impostos pela sociedade anfitriã com uma medida de equanimidade. Segundo Portes e DeWind (2007: 14), imigrantes que apresentam *backgrounds* mais modestos, porém que integram comunidades fortes e solidárias, podem criar o capital social necessário para favorecer expectativas parentais e encaminhar os jovens para longe do chamariz do consumismo, das drogas e da “cultura das ruas”. Por outro lado, estes autores apontam que imigrantes com poucas qualificações profissionais e baixas escolaridades que vêm preencher posições servis ou marginalizadas do mercado de trabalho e que, além disso, não possuem fortes laços de comunidade, comumente têm grandes dificuldades para ajudar seus jovens; já que devido à pobreza, estes imigrantes muitas vezes moram nas áreas urbanas mais degradadas e os seus filhos são servidos com as piores escolas e são diariamente expostos a “mo-

¹⁶Falando sobre a realidade dos EUA, estes autores comentam que o conceito de *assimilação segmentada* foi cunhado para evidenciar que, sob as atuais circunstâncias, os filhos dos imigrantes que crescem naquele país enfrentam uma série de desafios para se adaptarem com sucesso e adquirirem uma posição social em longo prazo para eles próprios e seus descendentes na sociedade norte-americana. Na visão de Portes e DeWind, diante das barreiras de um racismo bastante difundido, de um mercado de trabalho bifurcado e da presença de modelos de marginalidade social, é possível dizer que o sucesso dos imigrantes depende, em grande parte, dos recursos sociais e econômicos que eles, suas famílias e suas comunidades podem nutrir.

delos de marginalidade cultural” e “estilos de vida desviantes”.

Portes e DeWind argumentam que a trajetória seguida por diversos filhos de imigrantes que se encontram em situações similares às acima descritas tem sido rotulada de “assimilação declinante” para denotar o fato de que, em casos como estes, a pretensa aculturação às normas e valores da sociedade anfitriã pode não ser um bilhete de entrada para o sucesso material e avanço de status, mas justamente o contrário. Estes dois autores reforçam que por conta de sua situação de particular vulnerabilidade, os filhos dos imigrantes não-autorizados estão entre os mais aptos a enfrentar os desafios que são colocados pela sociedade anfitriã sem o apoio desta e por isso, correm bem mais riscos dos que os outros “membros da segunda geração” (filhos de imigrantes regulares) de sofrer a “assimilação declinante”.

Dois dos seis interlocutores com os quais dialogamos sobre esta questão e que concordaram com o ponto acima exposto são de origem brasileira, mas nasceram na Itália: com 13 e 15 anos na época em que conversamos (janeiro de 2011), estes dois interlocutores (filhos de mães brasileiras e pais italianos) salientaram que são conscientes das dificuldades que vão enfrentar para conseguirem “subir na vida” mais do que seus pais e que por isso, procuram aproveitar o máximo tanto os vínculos com o Brasil e com os brasileiros que conhecem em Roma, como também as oportunidades que a livre circulação pela Europa proporciona para pessoas como eles, que possuem a cidadania italiana – uma cidadania que como comentou R., um destes jovens, “*dá mais asas do que outras*”. R. parece que tem razão quando adjetiva assim a atual cidadania italiana, principalmente quando consideramos que a Itália é integrante da UE e que esta entidade governativa, através de seus organismos institucionais, tem conduzido orientações para uma política de cidadania comum dentro do bloco e que seja “pós-geográfica”, ou seja, incentivando o processo de consolidação de uma cidadania que não restringe o alcance dos seus direitos inerentes aos territórios geo-

gráficos dos Estados membros e que em virtude disso, pode ser caracterizada como supranacional.

Aprofundando um pouco as problemáticas que envolvem os descendentes dos imigrantes e reforçando que no contexto dos EUA, normalmente não se questiona se a assimilação ocorrerá ou não, mas sim em que segmento da sociedade americana os imigrantes se assimilam, Portes e DeWind (2007) supõem que a experiência europeia pode fornecer, em termos teóricos, exemplos mais consistentes que permitem rever o conceito de *assimilação segmentada* para incluir tanto efetivas recusas à assimilação, quanto a perpetuação de sistemas sociais étnicos ao longo das gerações. Com base nas pesquisas realizadas em Roma e Barcelona, é possível supor que estes autores estão corretos quando sugerem que a população imigrante não-autorizada estabelece a base demográfica para a emergência de uma segunda geração com substanciais desvantagens em relação aos outros jovens (nacionais e filhos de imigrantes regulares) em geral e que esse fator relaciona teoricamente os determinantes destes fluxos aos processos particulares e diferenciados de integração social que os jovens filhos de imigrantes vivem. Todas essas colocações de Portes e DeWind são válidas, para que, considerando os dados etnográficos com relação à coletividade brasileira em Roma e em Barcelona até aqui já expostos, possamos considerar devidamente as consequências que as particulares e diferenciadas trajetórias de vida, oportunidades e escolhas dos genitores ocasionam na vida dos “filhos da imigração” brasileira na Itália e na Catalunha.

Investir no *capital generalizado* (Esser, 2007) do país anfitrião, no sentido de procurar se integrar cultural e socialmente ao país receptor, ou no *capital específico* (Esser, 2007) da comunidade étnica, no sentido de valorizar mais os laços com a coletividade imigrante da qual faz parte no país receptor em detrimento dos laços com a sociedade mais abrangente, parecem que constituem, segundo parte da literatura especializada produzida na Itália e na Es-

panha nos últimos anos (Natale, 2006; Zucchetti, 2004; Staglianò, 2010; Fuentes e Callejo, 2011), duas “escolhas” que integrariam o “dilema dos imigrantes” e que explicariam não apenas os processos de integração social destes grupos estrangeiros, mas também algumas de suas “principais características”, tais como o suposto “fechamento” dos muçulmanos em geral, a “abertura” dos filipinos, etc.

No entanto, esta visão dicotômica, além de desconsiderar que muitas vezes uma destas “escolhas” (quando feita) é bastante influenciada por elementos estruturais (como por exemplo, quando duas interlocutoras nigerianas que vivem em Roma disseram que “desistiram” de investir na integração, já que a sociedade italiana não lhes daria “espaço”, nem chances para isso), parece que também menospreza o fato de que grupos marcados pela heterogeneidade, como os que os imigrantes brasileiros compõem, podem “escolher” diversas estratégias e investir, tanto na integração ao país anfitrião, quanto na comunidade étnica da qual fazem parte e também em redes sociais de cooperação com suas localidades de origem no Brasil e com outras coletividades imigrantes: tudo isso com o claro intuito de maximizar oportunidades e “investir”, com mais ou menos intensidade em uma determinada esfera ou outra, dependendo das conjunturas do momento e principalmente das possibilidades de consecução dos seus interesses particulares.

Um ponto recorrente nas pesquisas em Roma e Barcelona foi a percepção, expressa por diversos/as brasileiros/as que vivem nestas cidades, de que existem “variações” na qualidade das escolas públicas romanas e barcelonesas (e também nas escolas consertadas em Barcelona¹⁷) nas

quais seus filhos poderiam estudar e que a luta por uma “boa escola” constitui uma estratégia “eficaz” de integração social. Por questões econômicas ou por vontade própria, estas pessoas disseram que não procuraram vagas em escolas particulares e que a conquista de uma vaga em alguma “escola (pública) de qualidade” foi um elemento crucial para os seus percursos de integração na Itália ou na Catalunha.

Dentre os fatores que vários interlocutores se referiram para que considerassem uma escola como sendo “de qualidade”, dois foram mais recorrentes: o primeiro é a não preponderância de salas de aula “guetizadas”, nas quais a maioria dos alunos é de origem estrangeira¹⁸; isso porque estes alunos, segundo tais pessoas, normalmente trazem, para o ambiente escolar, problemas que fazem parte dos seus cotidianos sociais e familiares, como alcoolismo, envolvimento com drogas e/ou participação em gangues (dentre outros) que prejudicam o “bom andamento do ensino”. O segundo fator (mais presente na realidade barcelonesa) tem a ver com o primeiro e diz respeito ao “bilinguismo” – entendido como a utilização cotidiana do catalão e do castelhano (ou da língua materna dos pais) –, fenômeno que seria “melhor vivenciado” pelas crianças e jovens que estudam em escolas que não são “guetizadas” pela presença majoritária de filhos de imigrantes e onde a língua oficial das atividades didáticas, por vontade da maioria dos pais, é a catalã. Dois homens brasileiros que criam em Barcelona filhos/as que nasceram nesta cidade, explicaram de que maneiras o “bilinguismo” ajuda seus filhos a estarem “bem integrados”: em casa, estas crianças falam mais português, e nos espaços públicos e de lazer, utilizam mais o catalão e por isso, criam e reforçam

¹⁷Na Espanha, as escolas “privadas” são aquelas que não recebem subsídios estatais. Já “consertadas” são as escolas privadas que recebem algum tipo de subsídio estatal e que por isso, cobram mensalidades mais baixas do que as escolas privadas e são obrigadas a reservar uma parte das suas vagas para famílias de baixa renda através da concessão de bolsas de estudos. Estas bolsas costumam ser bem disputadas, já que muitas famílias consideram o ensino das escolas

consertadas melhor do que aquele que é oferecido pelas escolas públicas.

¹⁸No caso de Barcelona, deve-se salientar que diversos catalães com os quais convivemos consideram “estrangeiros” aqueles espanhóis que nasceram fora da Catalunha e que não falam catalão, em muitos casos lhes caracterizando, pejorativamente, como “xarnegos”. Nesta perspectiva, os filhos destes espanhóis/“xarnegos” são, no território catalão, de “origem estrangeira”.

círculos de amizade com outras crianças e adolescentes catalãs; círculos estes que só foram consolidados em virtude da proficiência mútua neste idioma.

Como as vagas nas escolas públicas romanas e barcelonesas consideradas “de qualidade” são disputadas, os critérios utilizados de seleção dos alunos costumam incluir provas de admissão, sorteios e também levar bastante em conta a “proximidade” (urbana), ou seja, os alunos, preferencialmente, devem estudar em escolas que sejam próximas dos locais onde residem. E aí questões socioeconômicas entram em jogo: a maioria dos/as imigrantes brasileiros/as que conhecemos (assim como membros de outras coletividades imigrantes) residem nos bairros periféricos de Roma e Barcelona ou nas “cidades-satélites” destas e as escolas públicas vistas por estas pessoas como as “melhores” se encontram, majoritariamente, nas áreas centrais ou nos bairros “elitizados” de ambas cidades.

Assim, as crianças e jovens filhos/as de brasileiros/as que constam nos registros municipais como residentes das zonas centrais romanas e barcelonesas conseguem, com mais facilidade, vagas nas “melhores” escolas públicas destas cidades. Por conta disso, muitos/as brasileiros/as que criam filhos/as em Roma e Barcelona procuram “melhorar (economicamente) de vida” devido a vários fatores e um deles é poder morar em bairros onde existam escolas que considerem “boas”. Conversando com alguns destes interlocutores, eles demonstraram entender as competências linguísticas e os conhecimentos formais que seus filhos poderiam receber nestas “boas escolas” como efetivos delineadores de *ciclos de vida qualitativamente diferentes* (Rumbaut, 2007); remontando assim, de certa maneira, a questões já abordadas por Pierre Bourdieu (1987, 1992, 1998) em seus clássicos estudos sociológicos que envolveram as esferas da educação formal e das suas respectivas “trocas simbólicas”.

Por essas razões, diversos interlocutores, tanto em Roma quanto em Barcelona, defendem que tais diferenças não

podem ser menosprezadas ou negligenciadas nas estratégias de integração social e nas articulações políticas que pessoas como eles desenvolvem em favor dos “brasucas” que vivem na Itália e na Catalunha: isso porque, nas suas opiniões, essas diferenças se refletem nas possibilidades de inclusão e ascensão social que cada criança vai ter nas suas particulares trajetórias de vida como filhos/as de casais brasileiros ou como filhos/as de casamentos ou relacionamentos mistos nos quais um dos pares veio do Brasil.

Adriana Lopes nasceu no estado de São Paulo em 1975 e é uma das principais representantes da coletividade brasileira na Catalunha. Quando indagada sobre se já havia encontrado dificuldades para ter acesso aos serviços públicos de *welfare state* desde que chegou à Barcelona, ela comentou que nunca teve este tipo de problemas, mas salientou em sua resposta que associa o seu sentimento de estar “bem integrada” ao fato do seu filho estudar numa “boa escola”. José Luiz nasceu na cidade de São Paulo em 1967 e chegou à Europa em 1990 para estudar música na capital alemã, cidade onde permaneceu até 2000, quando se transferiu para Barcelona. José Luiz é músico de choro e “percussão brasileira” e vive na Espanha com um visto de residência permanente. Assim como Adriana, José Luiz também associou o seu sentimento de estar “bem integrado” em Barcelona ao fato das suas duas filhas estudarem em uma escola pública na qual ele participa ativamente do cotidiano escolar e das atividades pedagógicas, inclusive integrando a Associação de Pais desta escola. Assim, estes dois interlocutores associam diretamente a “boa” educação formal que seus filhos recebem em escolas públicas barcelonesas e os “sucessos” dos seus respectivos projetos migratórios. Nesta perspectiva, a educação dos filhos funcionaria como uma espécie de “motor” para uma eficaz integração da família como um todo.

Em seus mais recentes escritos sobre as dinâmicas que envolvem o *welfare state* na UE – escritos estes que foram feitos após longas temporadas na Itália e na Espanha –, Gosta Esping-Andersen (2007,

2008) acrescentou uma nova categoria, que ele chamou de *modelo mediterrâneo ou familiarista*, aos três modelos principais de *welfare state* que este autor já havia anteriormente definido, isto é, liberal, conservador e socialdemocrata. Com esta nova categoria, adjetivada de mediterrânea ou familiarista e ancorada por estudos como os de Robert D. Putnam (1973, 1993), Esping-Andersen fala da situação de países como Espanha, Itália e Portugal, nos quais o *welfare state* de cunho universalista sempre foi pouco desenvolvido e onde o mercado (enquanto conjunto de instituições financeiras) é pouco confiável; o que faz com que a noção de família possa ser mobilizada política e discursivamente para fazer frente a estas instituições pouco eficazes.

Entretanto, esta associação feita por José Luiz e Adriana – de perceber a educação formal dos filhos como uma espécie de “motor” para uma “boa” integração da família –, não é unânime dentre os membros dos diversos grupos de imigrantes brasileiros que vivem na área metropolitana de Barcelona, principalmente entre aqueles que vivem nas periferias de Barcelona em geral e na cidade de Santa Coloma em particular, que atuam em segmentos laborais que apresentam uma maior informalidade e que precisam criar filhos no particular contexto sócio-juvenil e interétnico que existe nestas localidades¹⁹. Norma, por exemplo, discorda dessas opiniões de Adriana e José Luiz do papel “integrador” que a educação formal dos filhos teria na vida das suas famílias e fez referência às “escolas gueto” de Santa Coloma – onde existe uma alta concentração de filhos de imigrantes – e às “lutas” em que mães como ela precisam se empenhar para conscientizar seus filhos de ficar longe das

¹⁹Santa Coloma é uma cidade distinta de Barcelona, mas em muitos casos, os próprios catalães se referem a ela como uma das “periferias” de Barcelona. Um ponto que ajuda na construção destas percepções é o fato das divisões entre as duas cidades serem, aparentemente, um pouco imprecisas – como no caso de alguns bairros que possuem partes em ambas cidades e de ruas que começam em Barcelona e terminam em Santa Coloma.

“más influências” dos outros jovens filhos de imigrantes e, assim, sofrerem menos discriminações da sociedade catalã em geral e dos outros grupos de brasileiros que vivem nas “partes ricas” de Barcelona.

De fato, no caso da Catalunha, foi possível perceber que os/as jovens filhos/as de brasileiros/as que moram e estudam nas áreas periféricas de Barcelona ou nas cidades vizinhas (em especial Santa Coloma) costumam sofrer mais discriminações e viver mais conflitos sociais no âmbito escolar do que aqueles/as que vivem e estudam nas áreas centrais ou “elitizadas” da capital catalã. Ao se referir às “más influências” de outros jovens imigrantes, Norma apontou para um problemático segmento em particular: o dos chamados “latin kings”, grupos de jovens sul-americanos de língua materna castelhana (equatorianos em sua maioria) e que, rotineiramente, são associados à criminalidade e/ou à “vadiagem”²⁰. Segundo Norma, Santa Coloma sempre foi uma “terra de imigrante” cheia de conflitos²¹ e desde os anos 1990, a “mídia” fala muito sobre os *latin kings* e sua “cultura de bandidagem” em muitos casos sem detalhar as descendências destes jovens, cujos membros são majoritariamente filhos/as de equatorianos/as. Falando sobre os *latin kings* e os *ñetas*²², Norma disse que se tratam de jo-

²⁰Para uma melhor compreensão dos “latin kings” com base em estudos sociológicos, ver Feixa, Pozio y Recio (2006).

²¹Segundo A. Cabré, I. Pujadas e J. Moreno (1985), imigrantes e pessoas “fugidas” da fome e das guerras de dentro da própria Espanha e que vinham, principalmente, das regiões de Andaluzia e Estremadura transformaram, nas seis primeiras décadas do Século XX, Badalona e Santa Coloma (até então vilas pouco habitadas) em cidades relativamente grandes e que passaram a integrar o chamado “cinturão industrial” de Barcelona. Ainda segundo estes autores, a partir da década de 1970, ambos municípios começaram a atrair imigrantes da Ásia, do Oriente Médio e da África; características estas que permitem classificá-los, grosso modo, como “terras de imigrantes”.

²²Os “ñetas” são outros grupos de jovens imigrantes ou filhos de imigrantes sul-americanos. Embora os “ñetas” apresentem características bem similares às dos *latin kings*, os *ñetas* e os *latin kings* são grupos rivais cujas partes dos seus membros disputam pelo

vens que não querem trabalhar, mas apenas cometer furtos, extorquir, traficar, “se exibir com coisas caras” e que, com isso, acabam criando algo incomum para a mentalidade europeia em geral e catalã em particular: ruas e praças onde o poder público não atuaria e nas quais só mandariam os membros destas gangues.

Para Norma, essa superexposição faz com que os espanhóis e catalães “menos avisados” associam as práticas dos *latin kings* e dos *ñetas* às práticas de qualquer jovem filho/a de imigrante latino-americano/a e isso faz com que brasileiras como ela, que têm que criar filhos/as naquela cidade, imponham um controle e uma autoridade materna mais rígida do que a que exerciam no Brasil e procurem sempre enfatizar a “brasilidade” dos seus filhos, em especial as “grandes diferenças” de cultura, de posturas e de mentalidade que existem entre eles e os jovens membros dos *latin kings* e dos *ñetas*. Norma concordou que essa preocupação é uma das estratégias de sobrevivência e integração social que ela teve que desenvolver desde que seus filhos vieram pra Catalunha e salientou que o fato de seu marido ser catalão, faz toda a diferença na eficácia destas iniciativas de “separar” seus filhos dos outros jovens “que não prestam” e fazer com que eles sejam vistos como “pessoas de bem” e, conseqüentemente, aceitos pela maioria dos catalães que vivem em Santa Coloma e dos brasileiros que moram nas “partes ricas” da Catalunha em geral.

As opiniões de Norma, de outras/os brasileiras/os que criam filhos em Santa Coloma e de alguns destes jovens filhos de brasileiros/as, sugerem que a presença “conflituosa” dos *latin kings* e dos *ñetas* naquela cidade possui um lado positivo: o de criar uma noção de alteridade que, imbuída de aspectos negativos, incentiva tais jovens – filhos de brasileiras – a adotarem posturas diferentes daquelas que são praticadas pelos que “caíram na marginalidade”: isto é, posturas que são mais conscientes das suas respectivas realidades migratórias, que buscam se mobilizarem

controle de áreas urbanas periféricas em todo o território espanhol.

em conjunto no sentido de procurar não serem identificados como membros dos *latin kings* ou dos *ñetas* e, com isso, intervir de alguma forma em certas estruturas da sociedade catalã através de uma *agência de projetos* (Ortner, 2007) que inclui, dentre outras ações, transposições de *esquemas culturais* (Sewell Jr., 2009) “brasucas” aos novos contextos que encontram na Catalunha, de uma forma que seja favorável aos seus objetivos de vida.

Essas opiniões de Norma e outras brasileiras e as dinâmicas sociais que envolvem os seus filhos e os jovens que integram os *latin kings* e os *ñetas* parecem corroborar a ideia de Giorgio Grossi (2008) a respeito da “culturalização midiática dos conflitos”, fenômeno que atuaria relegitimando velhas formas de conflito através de “novos” discursos e executando “novos conflitos” por meio da sua problematização cultural. Grossi acredita que quando modelos de conflitos “tradicionais” (como são os que ocorreram em Santa Coloma ao longo do Século XX) se mani- 219
festam a partir de novas características – como, por exemplo, o caráter “juvenil” e “equatoriano” dos *latin kings* –, tais conflitos dão origem a sistemas de práticas e estratégias que se redefinem à luz das mudanças num determinado terreno de ação e por essa razão, fomentam processos de transformação social. É por conta destes e de outros fatores, que Grossi parece ter razão quando defende a importância de considerar o possível papel dos “novos” conflitos sociais nos processos de emancipação e inovação social no contexto de realidades como a de Santa Coloma: uma realidade bastante tensionada pelas interfaces entre crise econômica e do *welfare state*, imigração e marginalidade social.

Refletindo sobre trabalhos como aquele que Carlo desenvolve (como mediador cultural e de conflitos em escolas públicas primárias de Roma), Grossi (2008: 18) defende que a mediação constitui uma forma de definição e tratamento dos conflitos sociais “na horizontal”, isto é, a partir da interação e do diálogo simétrico entre pessoas que se reconhecem mutuamente. As pesquisas realizadas em Roma e Bar-

celona (Silva, 2013) sugerem que trabalhos como o de Carlo não eliminam os conflitos, mas os altera significativamente: por exemplo, aumentando a reflexividade sobre as suas causas, incentivando uma maior abertura ao diálogo com os “outros” e, dessa forma, circunscrevendo tais conflitos com perspectivas efetivamente “horizontais”; fatores que abrem caminho para possibilidade da circulação do *dom do reconhecimento* (Martins, 2011), isto é, da circulação de sentimentos recíprocos e de bens materiais e simbólicos que possibilitam a construção de novas perspectivas em relação à justiça social e aos direitos de cidadania.

Baseado na teoria de Alain Tournaine sobre os “novos” conflitos sociais, Grossi (2008) estabeleceu quatro conjuntos de transformações: 1) generalização dos conflitos, 2) territorializações dos conflitos, 3) crescente convergência entre conflitos sociais e condutas de marginalidade e 4) crescente divergência entre conflitos e mudanças sociais – e defendeu que os conflitos sociais contemporâneos estão mais vinculados à esfera do consumo do que da esfera da produção. Em sua crítica à crescente associação entre o “ser cidadão” e a capacidade de consumo individual na Europa desde a década de 1970, Bernard Stiegler (2004, 2008) argumenta que o Capitalismo vem sendo governado não pelos meios de produção, mas pelos de consumo, e que as técnicas usadas para criar determinados comportamentos do consumidor equivale quase que a uma destruição da individuação psíquica e coletiva; já que o desvio de “energia libidinal” em direção ao consumo de produtos (materiais e simbólicos), defende Stiegler, resulta em um “ciclo viciante” que conduz ao hiperconsumo, ao esgotamento do desejo, ao crescente controle das subjetividades e ao “reinado da miséria simbólica”. Por isso, Stiegler defende a urgente ampliação das esferas políticas e a estruturação de novos espaços de mobilização social que possam fazer frente a estes cenários de hegemonia neoliberal.

Com base nas citadas pesquisas feitas em Barcelona, o “movimento dos

indignados” pode ser visto como originário de uma rejeição tanto das formas políticas tradicionais, quanto da hegemonia das lógicas de mercado sobre a vida social²³. Tal movimento se estrutura, fundamentalmente, por *formas de subjetivação* (Foucault, 1995) e por ações que exigem mudanças sociopolíticas através de incitações à reflexividade e ao *conflito social* (Grossi, 2008). Interlocutores brasileiros, equatorianos e bolivianos que participam deste movimento em Barcelona comentaram que se não conseguem reverter o caráter clientelista, mercantilizado e hierárquico das organizações políticas tradicionais, ao menos conseguem expor tal caráter à crítica quando participam de espaços de mobilização social como aqueles que são promovidos pelo 15-M. De acordo com eles, os principais problemas socioeconômicos que acometem suas vidas derivam de modalidades restritivas de democracia, o que exige lutar por uma ampliação e reestruturação destas modalidades. Fomentar uma maior reflexividade sobre o alcance e as possibilidades que podem circunscrever a noção de política – particularmente quando esta noção é ampliada para além das formas tradicionais (governamentais, partidárias e/ou sindicais) – são, segundo tais interlocutores, “boas” estratégias de sobrevivência e integração social, já que elas incidem não sobre interesses individuais, mas sim sobre necessidades coletivas, como a defesa das escolas públicas e o repúdio aos cortes nos investimentos em educação. 220

²³O chamado “15-M” ou “movimiento de los indignados” é um movimento de bases populares que aflorou na Espanha a partir de 15 de maio de 2011 e que reivindica uma democracia mais participativa, que tenha uma “autêntica divisão de poderes” e que esteja afastada dos partidos políticos e do domínio de bancos e corporações. Lemas como “Democracia real ¡YA!” ou “*No somos mercancía en manos de políticos y banqueros*” foram utilizadas nas manifestações feitas e que não possuíam (segundo os líderes do movimento) filiação com nenhum partido ou sindicato, já que visam ser “horizontais e transparentes”. Fontes: <http://movimiento15m.org/>; http://es.wikipedia.org/wiki/Movimiento_15-M. Acesso: 15/08/2012.

Considerações Finais

Para Alain Caillé, Christophe Fourel, Ahmet Insel, Paulo Henrique Martins, Gus Massiah e Patrick Viveret (2013), as recentes mobilizações sociais que ocorreram no Brasil e na Turquia revelam que a sua consciência se faz de maneira ampliada e transnacional e que existem razões comuns em ambas: profundos sentimentos de injustiça, ódio contra a arrogância dos poderes políticos e econômicos estabelecidos e também indignações diante de corrupções endêmicas. Perceber estes anseios comuns e se articular em torno de uma agenda internacional são ações que, na visão destes autores, podem mudar as sociedades envolvidas e criar novos parâmetros de sociabilidade, através do que chamam de “convivialismo”.

Uma questão relevante é que diversos interlocutores (brasileiros, equatorianos, bolivianos, peruanos e argentinos) se referiram, a partir das realidades romana e barcelonesa, a iniciativas que desenvolvem e que concatenam a Itália, a Espanha e seus países de origem, tais como: remessas de dinheiro, investimentos em projetos comunitários de moradia e educação, estabelecimento de formas alternativas de empréstimos, de proteção social, de acesso aos recursos naturais, de luta pela titularidade da terra e de gestão da vida social, entre outras. Em termos sociológicos, tais iniciativas apontam para ações que reivindicam mais autonomia, liberdade e oportunidades e que podem ser analisadas como articulações transnacionais que visam, dentre outros fatores, desenvolver redes de cooperação e conexões de autonomia política entre as cidades latino-americanas (de origem destes imigrantes) e as cidades onde vivem atualmente no sul do território europeu, tais como Roma e Barcelona.

Em termos analíticos, estas articulações imigrantes – que objetivam atingir e interferir em esferas como saúde, educação formal, uso e titularidade da terra, transferência e geração de renda, etc. – remetem tanto aos emergentes processos de dinamização sociocultural, política e econômica de metrópoles da América do Sul e do Sul

da Europa, quanto ao “avanço do pensamento pós-colonial” (Martins, 2012) nestas metrópoles: dinâmicas que possibilitam percebê-las enquanto *ciudades globais*. Estes processos se originam de diversos fatores e possuem as concatenações entre latino-americanos que vivem fora da América Latina e suas respectivas cidades de origem como um dos seus mais importantes propulsores. Nesse sentido, tais articulações transnacionais imigrantes – que costumam ser chamadas por parte deles de “estratégias de sobrevivência” – podem ser percebidas enquanto ações de resistência à crise econômica e à falência dos mecanismos de proteção social. Além disso, estas articulações também podem ser interpretadas como integrantes das inúmeras alternativas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento e que vem sendo articuladas pelo mundo afora e cujos processos potencializam regimes de autonomia política a partir da pluralização das esferas de poder e redes associativas e da ampliação dos espaços de mobilização social.

221

As pesquisas etnográficas que foram realizadas na Itália e na Espanha indicam que fenômenos deste tipo envolvendo imigrantes latino-americanos vêm se difundindo em várias metrópoles destes países. Embora sejam significativos os números de imigrantes que retornam aos seus países latino-americanos de origem ou que emigram para outros países europeus “fugindo” da crise na Espanha e na Itália, a presença destes imigrantes nas regiões metropolitanas de cidades como Roma e Barcelona continua bastante expressiva. Um bom exemplo disso é o caso do Equador: de um lado, a *Secretaría Nacional del Migrante* do governo equatoriano fala formalmente desde 2009 sobre projetos de “políticas públicas transnacionais” em cidades como Guayaquil e Quito devido aos intensos fluxos e investimentos dos seus emigrantes, particularmente daqueles que vivem na Espanha, país onde os equatorianos constituem a mais numerosa coletividade imigrante²⁴.

²⁴Uma questão a ser salientada é que parte dos ativistas políticos equatorianos, peruanos e bolivianos que vivem na Espanha e na Itália

Por outro lado, em cidades como Santa Coloma, o governo local vem apontando, nos seus projetos recentes de intervenção social, para a consideração de “áreas equatorianas” no território desta cidade²⁵. Ou seja, as articulações transnacionais desta específica coletividade imigrante (que se assemelha bastante a outras que são desenvolvidas por outras coletividades imigrantes) e que, neste caso, interligam o Equador à Espanha, permitem reflexões sobre a “América Latina fora da América Latina”, ou melhor, sobre a presença da América Latina para além de suas fronteiras geográficas. Isso ocorre a partir da percepção destas novas tramas sociais que reenquadram, sob novas perspectivas, noções clássicas como “centro” e “periferia” e instrumentalizam seus agentes nos históricos (e ainda atuais) processos de luta contra a *colonialidade do fazer, do ser e do saber* (Mignolo, 2010); processos estes que sempre acometeram os latino-americanos e que agora também se fazem presente na vida de boa parte das sociedades italiana e espanhola através de novas modalidades do que Aníbal Quijano (2000) chama de “matriz colonial de poder”. Ou seja, embora possam incidir sobre problemas específicos como a educação formal, tais ações refletem processos mais amplos de mudança social, especialmente no tocante à dinamização e à transnacionalização das ações e mecanismos de luta por direitos de cidadania e proteção social.

promovem constantes críticas ao eurocentrismo, ou seja, a partir do próprio território europeu, essas pessoas questionam os históricos e etnocêntricos princípios a partir dos quais eram justificados a suposta inferioridade dos povos não-europeus em geral e dos latino-americanos em particular.

²⁵Fontes: <http://www.migrante.gob.ec/>; <https://www.facebook.com/associacio.nouscatalans>; <http://elperiodicolatino.com.es/nouscatalans.htm>; <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/rafael-correa-agradecera-apoyo-de-emigrantes-en-espana-e-italia-578160.html>; <http://www.alertadigital.com/2013/02/28/a-pesar-de-la-crisis-el-numero-de-inmigrantes-no-para-de-crecer-en-cataluna-los-extranjeros-representan-ya-el-157-de-la-poblacion-catalana/>. Acessos em 13 de abril de 2013.

Referências Bibliográficas

- BENELLI, Silvio José. Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 2003, pp. 99-114.
- BENTIVOGLI, Franco. “Inserimento senza dignità e senza legalità: un rischio da evitare”. Editoriale *CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico 2010*. Roma: Idos Edizioni, 2010, pp. 161-162.
- BOURDIEU, Pierre. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CABRÉ, A.; PUJADAS, I. y MORENO, J. “Cambio migratorio y reconversión territorial en España”. *REIS*, 1(32), 1985, pp. 43-65.
- CAILLÉ, A.; FOUREL, C.; INSEL, A.; MARTINS, P. H.; MASSIAH, G.; VIVERET, P. *Rio, Istanbul et le convivialisme*, 2013. Disponível em: http://www.liberation.fr/monde/2013/06/30/rio-istanbul-et-le-convivialisme_914818. Acesso em 02/07/2013. 222
- D’ANGELO, Alessio. “Politiche migratorie a confronto”, In *CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico 2010*. Roma: Idos Edizioni, pp. 40-47, 2010.
- DEMAIO, Ginevra. “Dalla Scuola all’Università: I percorsi degli studenti stranieri”, In *CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico 2010*. Roma: Idos Edizioni, 2010, pp: 188-195.
- DE MARCHI, Elena; SARTI, Raffaella. “Assistenza pubblica e privata. Un’analisi del ruolo degli enti locali”, In Raffaella Sarti (Org.). *Lavoro Domestico e di cura: quali diritti?*, Roma: Ediesse, 2010.
- DI SCIULLO, Luca. “Potenziale, processi e politiche di integrazione”, In *CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico 2010*. Roma: Idos Edizioni, 2010, pp: 319-328.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton,

- New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Family Formation and Family Dilemmas in Contemporary Europe*. Bilbao: Fundación BBVA, 2007.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. Childhood investments and skill formation. *International Tax and Public Finance*, 15 (1): 19-44, 2008.
- ESSER, Harmut. "Does the 'New' Immigration Require a 'New' Theory of Inter-generational Integration?", In Alejandro Portes e Josh DeWind (Ed.). *Rethinking Migration*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2007, pp: 308-341.
- FEIXA, Carles; PORZIO, Laura y RECIO, Carolina. *Jóvenes 'latinos' em Barcelona: Espacio público y cultura urbana*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.
- FREEMAN, Gary. "Immigrant Incorporation in Western Democracies", In Alejandro Portes e Josh DeWind (Ed.). *Rethinking Migration*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2007, pp: 122-146.
- FUENTES, Francisco Javier Moreno; CALLEJO, María Bruquetas. *Inmigración y Estado de bienestar en España*. Colección Estudios Sociales Núm. 31. Barcelona: Obra Social "la Caixa", 2011.
- GROSSI, Giorgio. *I Conflitti Contemporanei. Contrasti, scontri e confronti nelle società del III millennio*. Novara: UTET, 2008.
- GROSFUGUEL, Ramon; MALDONADO-TORRES, Nelson; SALDIVAR, Jose David. *Latin@s in the World-system*. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2006.
- MACHADO, Igor José Renó. Consumo, etnicidade e migração entre imigrantes brasileiros em Portugal. *Temas de Antropología y Migración*, v. 4, n. 2, 2011, pp. 120-131.
- MARTINS, Paulo Henrique. "Dom do Reconhecimento e saúde: elementos para entender o cuidado como mediação", In Roseni Pinheiro e Paulo Henrique Martins (Org.). *Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde*. Rio de Janeiro: Editoras da UERJ e da UFPE, 2011, pp.: 39-50.
- MARTINS, Paulo Henrique. *La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2012.
- MIGNOLO, Walter. *Desobediencia Epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 2010.
- NATALE, Luisa. "Vicini l'uno all'altro: condividere lo spazio all'interno di Roma", In Eugenio Sonnino (Org.). *Roma e gli immigrati*. Milano: Franco Angeli, 2006, pp. 165-194.
- ORTNER, Sherry. "Poder e Projetos: reflexões sobre a agência", In Miriam Grossi, Cornélia Eckert e Peter Fry (Org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília: Editora da ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 45-80.
- PRECIADO, Jaime. América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *Caderno CRH*, vol. 223 21, n. 53, 2008, pp. 253-268.
- PORTES, Alejandro; DEWIND, Josh. "A Cross-Atlantic Dialogue: The Progress of Research and Theory in the Study of International Migration", In Alejandro Portes e Josh DeWind (Ed.). *Rethinking Migration*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2007, pp. 03-26.
- PUTNAM, Robert D. *The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy*. New Haven, CT: Yale University Press, 1973.
- PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", In Edgardo Lander (Org.). *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 201-246.
- RICUCCI, Roberta. "I minori stranieri: il futuro che è già realtà", In *CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico*

2010. Roma: Idos Edizioni, 2010, pp. 173-187.
- ROCA GIRONA, Jordi. Migrantes por amor. La búsqueda y formación de parejas transnacionales. *AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*, 2 (3), 2007, pp. 430-458.
- ROCA GIRONA, Jordi. "Quien lejos se va a casar..." Migraciones (re)negadas. *Alteridades*, 19 (37), 2009, pp.133-155.
- RUMBAUT, Rubén. "Ages, Life Stages, and Generational Cohorts: Decomposing the Immigrant First and Second Generations in the United States", In: Alejandro Portes e Josh DeWind (Ed.). *Rethinking Migration*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2007, pp: 342-387.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SETIÉN, María Luis; VICENTE, Trinidad L.; ARRIOLA, María Jesús y SEGÚ, Mabel. *Redes transnacionales de los inmigrantes ecuatorianos*. Bilbao: Deusto Digital, 2011.
- SEWELL JR., William H. "Una teoría della struttura: dualità, agency, trasformazione", In Marco Santoro e Roberta Sassatelli (Org.). *Studiare la Cultura. Nuove Prospettive sociologiche*. Bologna: Il Mulino, 2009, pp: 83-113.
- SILVA, Marcos de Araújo. *Dinâmicas da Migração Brasileira e Crise do Welfare State na UE Pós-2008: Uma Etnografia a partir de Roma e Barcelona*. Tese de Doutorado em Antropologia, UFPE, 2013.
- STAGLIANÒ, Riccardo. *Grazie. Ecco perché senza gli immigrati saremmo perduti*. Milano: Chiarelettere, 2010.
- STIEGLER, Bernard. *De la misère symbolique*. Paris: Galilée, 2004.
- STIEGLER, Bernard. *Economie de l'hypermatériel et Psychopouvoir*. Paris: Éd. Mille et une nuits, 2008.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In Hubert Dreyfus e Paul Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, pp: 229-249.
- VULPIANI, Pietro. "Disparità di trattamento e discriminazione razziale", In *CARITAS/MIGRANTES Dossier Statistico 2010*. Roma: Idos Edizioni, 2010, pp: 220-226.
- ZHANG, Li; ONG, Aihwa. *Privatizing China*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- ZUCCHETTI, Eugenio. *La regolarizzazione degli stranieri. Nuovi attori nel mercato del lavoro italiano*. 224 Milano: Franco Angeli, 2004.
- TAPIAS, José Antonio Pérez Tapias. *El colonizado sur de Europa*, 2014. Disponível em: <http://blogs.publico.es/dominiopublico/9580/el-colonizado-sur-de-europa/>. Acesso em 29/03/2014.
- TRUMBULL, Gunnar. *Consumer Capitalism: Politics, Product Markets and Firm Strategy in France and Germany*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

Abstract: Based on ethnographic researches, this article discusses some dynamics that circumscribe the Brazilian presence in the European Union after the financial crisis started in 2008, particularly changes related to access and permanence in an important mechanism of the "Welfare State": the formal education. The data collected indicate that the strengthening of neoliberal policies constitutes a reality that encourages, within the heterogeneous Brazilian community in Rome and Barcelona, diversified *modes of subjectivation*, some linking citizenship to consumption capacity of each individual and others, encouraging an expansion of the concept politics and structuration of new spaces for social mobilization. Finally, the article points out that the latter modalities of subjectivation can enable immigrants and national populations overcoming these complex scenarios of neoliberal hegemony and the failure of social protection mechanisms. **Keywords:** formal education, subjectification forms, brazilian immigration, social mobilization

